

SUMÁRIO

1

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O DIREITO AGRÁRIO E SUA AUTONOMIA.....	15
1.1. Introdução.....	15
1.2. Aspectos históricos e legislação	17
1.3. Autonomia do Direito Agrário no Brasil.....	18
1.3.1. Autonomia legislativa	18
1.3.2. Autonomia científica	18
1.3.3. Autonomia jurisdicional.....	18
1.4. Relações do Direito Agrário com outros campos do Direito.....	19
1.5. Objeto de análise.....	20
1.6. Fontes do Direito Agrário	21
1.7. Instrumentos do Direito Agrário.....	24

2

CONCEITOS GERAIS	27
2.1. Imóvel rural x propriedade rural.....	27
2.2. Propriedade familiar e módulo rural.....	29
2.3. Módulo de Exploração Indefinida (MEI).....	31
2.4. Módulo fiscal.....	31
2.5. Fração Mínima de Parcelamento (FMP)	34
2.6. Minifúndio x latifúndio x empresa rural.....	38
2.7. Invasão x ocupação.....	40
2.8. Terras devolutas.....	41
2.9. Colonização	43
2.10. Agricultura familiar	44

3

PRINCÍPIOS	47
3.1. Conceito.....	47
3.2. Princípios fundamentais do direito agrário.....	48
3.2.1. Função social da propriedade.....	48
3.2.1.1. Histórico constitucional.....	48
3.2.1.2. Conceito de função social da propriedade	56
3.2.2. Vedação da desapropriação de pequena e média propriedade rural.....	61
3.2.3. Princípio da justiça social	63
3.2.4. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	64
3.3. Demais princípios do direito agrário	67

4

REFORMA AGRÁRIA	69
4.1. Aspectos gerais da reforma agrária	69
4.2. Noção jurídica de reforma agrária	71
4.3. Principais atores da reforma agrária	74
4.3.1. Autarquia agrária federal (INCRA) e entes estaduais/municipais.....	74
4.3.2. Movimentos sociais.....	76
4.3.3. Ministério Público	77
4.3.4. Defensoria Pública	79
4.3.5. Universidades	81

5

AQUISIÇÃO E ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS POR ESTRANGEIROS	83
5.1. Soberania	83
5.2. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros	84

5.3.	Requisitos para a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros.....	88
5.3.1.	Pessoas físicas.....	88
5.3.1.1.	Quadros esquemáticos – Requisitos para as Pessoas físicas.....	94
5.3.2.	Pessoas jurídicas.....	96
5.3.2.1.	Pessoas jurídicas brasileiras controladas por estrangeiros.....	97
5.3.2.2.	Quadros esquemáticos – Requisitos para as Pessoas jurídicas.....	104
5.4.	Alguns temas relevantes sobre a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros.....	105

6

MECANISMOS DE PROMOÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA.....	109
6.1. Introdução.....	109
6.2. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.....	110
6.2.1. Previsão constitucional e legal.....	110
6.2.2. Conceito e características da desapropriação-sanção.....	111
6.2.3. Valores componentes da indenização.....	116
6.2.4. Procedimento da desapropriação-sanção.....	125
6.3. Compra e venda de imóveis rurais para fins de reforma agrária.....	129
6.4. Desapropriação “genérica”.....	130
6.5. Confisco.....	131
6.6. Usucapião especial rural.....	133

7

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	135
7.1. Conceito	135
7.2. Regularização Fundiária na Amazônia Legal	138
7.3. ADI nº 4.269 promovida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dispositivos da Lei nº 11.952/2009	145

8

MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS.....	149
8.1. Regularização fundiária e unidades de conservação (UCs).....	149
8.1.1. Características gerais das UCs.....	151
8.1.2. Unidades de conservação e populações tradicionais.....	153
8.2. Demais espaços protegidos	154
8.3. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programas de Regularização Ambiental (PRAs).....	160

9

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MINORIAS	165
9.1. Princípio de proteção das minorias	165
9.2. Quilombolas	167
9.3. Indígenas.....	168

10

CONTRATOS AGRÁRIOS.....	175
10.1. Introdução.....	175
10.2. Normatização, características contratuais, elementos obrigatórios e regras gerais	177
10.3. Contratos nominados	180
10.3.1. Arrendamento	180
10.3.2. Parceria	183
10.4. Contratos inominados	186

11

ASPECTOS EMPRESARIAIS DO DIREITO AGRÁRIO	191
11.1. Agronegócio.....	191
11.2. Empresa agrária.....	192
11.3. Biotecnologia	194

11.4.	Cultivares	196
11.5.	Contrato de integração	201
11.6.	Fundo de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais (FIAGRO)	205
11.7.	Crédito de carbono	207

12

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO DIREITO AGRÁRIO	217
12.1. Política agrícola	217
12.2. Imposto Territorial Rural (ITR)	223

13

ASPECTOS CRIMINAIS DO DIREITO AGRÁRIO.....	227
13.1. Introdução.....	227
13.2. Crime de invasão de terras da União, dos Estados e dos Municípios (art. 20 da Lei nº 4.947/1966)	228
BIBLIOGRAFIA.....	235